



DESENVOLVIMENTO PAUTADO NA RACIONALIDADE DO CAPITAL: UMA RELEITURA DAS AÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALES/RS

Jaqueline Mallmann Haas
Jairo Alfredo Genz Bolter

Resumo: O estudo do espaço rural exige a compreensão de que este se compõe por inter-relações entre a sociedade e a natureza. Neste contexto insere-se este artigo, que visa compreender como os agricultores que participaram do “processo” de modernização da agricultura brasileira, denominada Revolução Verde, estão atualmente, quais técnicas são utilizadas, e quais as práticas que podem potencializar uma agricultura mais racional, considerando os efeitos nocivos do processo em questão. Os procedimentos metodológicos compreenderam inicialmente o levantamento bibliográfico e observações empíricas ao longo do território do município de Roque Gonzales/RS. Posteriormente, direcionou-se o estudo para uma comunidade rural formada por unidades de produção familiar, que foram diretamente transformadas com a modernização da agricultura e, atualmente são alvos de políticas públicas buscando um desenvolvimento rural mais sustentável. Os resultados apontam para uma preocupação cada vez maior, com a adoção de técnicas mais sustentáveis, através da diminuição do uso de insumos químicos. As unidades de produção investigadas, especificamente, buscam manter e/ou aumentar a produção e a renda com técnicas de cultivo de baixo custo. Ainda, buscam a partir de métodos de conservação de solo, adubação orgânica, tratamentos culturais biológicos, etc. manter a fertilidade de suas terras. No entanto, verificou-se que o sentido conservacionista emerge frente a uma necessidade de reduzir custos, oriundos do processo de produção baseado nos monocultivos, ou seja, a construção de uma suposta consciência sustentável nasce mediada pelo impacto econômico e não pela relevância ambiental e social do tema.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Racionalidade do Capital. Agricultura Familiar.



Introdução

O estudo do espaço rural exige a compreensão de que este se compõe por inter-relações entre a sociedade e a natureza. Inter-relações que podem ser percebidas sob diferentes aspectos, dentre os quais, o impacto ambiental cumulativo e a desvalorização do conhecimento das comunidades tradicionais, processos que promoveram desequilíbrios praticamente irreversíveis nos agroecossistemas locais. No entanto, estes processos contribuem também para uma crise, que apresenta grandes potencialidades para o surgimento de uma nova agricultura, desta vez conectada com a realidade rural, com o desenvolvimento endógeno.

A crise no campo nasce com a adoção de um modelo de desenvolvimento uno, desrespeitando, portanto, uma das premissas básicas da agricultura brasileira, que é a sua complexidade e heterogeneidade. O processo de modernização da agricultura brasileira, denominada Revolução Verde, motivou uma modificação progressiva principalmente no modo de produzir, a partir da década de 1960, passando a ser conhecida como a modernização da agricultura, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização (ALMEIDA, 1997).

Este processo engendrou diferentes reflexos no conjunto da sociedade, seja no espaço urbano, seja no espaço rural. Dentre eles cabe destaque o crescimento da população urbana, em detrimento a população rural, principalmente a partir da década de 1960, ou seja, em 2000 a população urbana representava mais de 81% da população total do país. Um processo de urbanização acelerada que não teve condições de oferecer infraestrutura adequada, como saneamento básico, saúde, educação, empregos para esta população migrante, oriunda do campo. Fenômeno ainda mal resolvido nas regiões metropolitanas brasileiras e representado pela favelização.

Enquanto isso, no campo, “o desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista abriu aos proprietários de terras e aos capitalistas/prorietários de terra a possibilidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra, provocando uma intensificação na concentração da estrutura fundiária brasileira” promovendo uma paulatina transformação nos sistemas agrários, intensificando a produção de *commodities* direcionadas ao mercado internacional (OLIVEIRA, 2005, p. 467).



A cultura da soja, representa um dos exemplos da modernização na agricultura brasileira. Esta *commoditie*, durante o período de 1970/1977, apresentou um notável crescimento, dá ordem de 800% em seus níveis de produção. Para tal crescimento, apresentaram-se, como um dos principais fatores de estímulo, os preços provenientes do mercado externo em decorrência de condições favoráveis de mercado para a oleaginosa e seus subprodutos. Outros fatores positivos, que contribuíram para esse crescimento, foram as possibilidades de maior mecanização, diante a disponibilidade de uma tecnologia adequada, a participação de cooperativas no processo de produção e comercialização e principalmente as políticas de incentivo a agricultura via credito rural (MIYASAKA, 1981).

Os efeitos negativos deste processo são bem conhecidos, como produtores altamente endividados, terras degradadas e forte dependência ao modelo, sendo hoje necessário que os produtores, especialmente os pequenos, procurem aos poucos, reorganizar suas produções, seus modos de produzir, priorizando por uma agricultura mais sustentável em longo prazo.

Sendo assim, com um modelo único que norteou os caminhos da agricultura brasileira, houve uma similaridade nas suas consequências, mas também, em muitos casos, especificidades nas estratégias adotadas pelos agricultores para garantir sua permanência na terra. Desta forma, percebe-se que o “desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória” e a modernização da agricultura não abarcou a totalidade dos processos ou sistemas produtivos e nem se deu de forma homogênea no território nacional. Consequentemente tem-se diferentes consequências, sejam positivas ou negativas.

Atentando para este fato, analisar-se-á a realidade do município de Roque Gonzales-RS, tendo por objetivo estudar como os agricultores que participaram efetivamente do “processo” da chamada Revolução Verde estão atualmente, quais técnicas continuam sendo utilizadas, e quais as práticas que podem potencializar a discussão a fim de promover uma agricultura mais sustentável, ou seja, buscar evidenciar como ocorre um processo de desenvolvimento, de um pequeno município, pautado na racionalidade do capital.

À título de contextualização, o município localiza-se no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, pertencendo a microrregião de Cerro Largo, distante a 550Km da capital do estado, Porto Alegre. Atualmente o município conta com uma população aproximada de



7000 habitantes, dos quais aproximadamente 60% residem no meio rural, ou seja, um município essencialmente agrícola (IBGE, 2010).

Os procedimentos metodológicos, a fim de atender os objetivos propostos, incluíram a realização de levantamento bibliográfico, levando em consideração a temática em questão e o resgate histórico da realidade agrária municipal. Em seguida, através de observações empíricas, pode-se constatar, as formas de exploração e manejo/práticas agrícolas utilizadas. Durante esta atividade observou-se, a cobertura vegetal, os tipos de agricultura, a disposição no espaço das culturas e criações, a estrutura fundiária, as técnicas utilizadas, o grau de intensificação das culturas, os rebanhos, as formas de uso dos diferentes recursos naturais, e a infraestrutura social e produtiva. Posterior a esta primeira análise, optou-se por direcionar o estudo para uma comunidade rural, com histórico de ter sido diretamente transformada com a modernização da agricultura, e que hoje é alvo de políticas públicas buscando um desenvolvimento rural sustentável. Na comunidade, além das observações, foram entrevistados cinco agricultores, representativos do perfil socioeconômico e produtivo dos demais moradores. Em seguida ocorreu a tabulação dos dados para análise e discussão.

Para atender ao objetivo acima apresentado, este trabalho encontra-se organizado em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda seção, apresentamos uma discussão acerca da modernização da agricultura e resgate da sustentabilidade. Em seguida são apresentados elementos acerca do município de Roque Gonzales, como história, transformações e realidade atual. Na sequência, são apresentados os principais resultados evidenciados e a relação dos mesmos com o Crédito Rural e as Políticas Públicas. Para finalizar, são apresentadas as considerações finais com uma análise sobre as repercussões territoriais geradas pelos mecanismos observados, concluindo com a bibliografia utilizada.

Um breve panorama: modernização da agricultura e resgate da sustentabilidade

A opção de desenvolvimento, adotado pela sociedade na década de 1960, apresenta na contemporaneidade um acúmulo de experiências que apontam pela errônea compreensão de que inovações tecnológicas teriam capacidade de garantir um desenvolvimento qualitativo e equitativo para a sociedade humana. Em seu limite, e



permeado por gritantes desigualdades, em todos os setores sociais, há a emergência de buscar uma nova alternativa e esta nasce através da preocupação com o meio ambiente.

O meio ambiente, no alvorecer do século XXI, entra como um tema central e que coloca a humanidade em xeque. Um momento que merece uma reflexão profunda acerca da co-evolução da humanidade e da natureza, para assim detectar as origens das falácias que circundam e ameaçam não só a vida, mas principalmente todo o planeta. Frente a esta constatação a sociedade passa a mover-se, principalmente nos discursos, em busca de alternativas para garantir a nossa sobrevivência sustentável. Neste ponto é importante considerar: será que é possível conciliar produção/economia com sustentabilidade? Será que há interesse político para que esta “revolução” aconteça?

Tratando-se de produção e economia, recorre-se necessariamente para o papel da agricultura neste processo de resgate ou construção de práticas agrícolas sustentáveis. Para tanto, percebe-se historicamente que, com o desenvolvimento da indústria, a agricultura passa a assumir novas funções ou, em muitos casos, a mesma função de forma mais complexa. Neste processo há uma transferência de valor: do apego a terra enquanto fonte de vida para um sentido um tanto mecânico e frio da terra, agora como fator de produção não mais do alimento, mas sim da matéria-prima que faz mover as máquinas da sociedade. Da mesma forma que a agricultura e seus sujeitos são submetidos à perda da identidade e da ligação com a natureza (terra-vida), a indústria também passa por essa transformação: de uma prática tradicional do artesão e sua família, no alfaiate ou outra atividade qualquer, vai passando a assumir a função de acumular capital e para tanto, de explorar o homem.

Paralelamente a indústria em expansão interfere na dinâmica da agricultura e se apossa de seu produto, produto do trabalho do camponês. Na contemporaneidade, a indústria de alimentos, ligada com os interesses do capital industrial, comercial e financeiro cria instrumentos de subordinação da agricultura e, na medida do possível de tentar eliminá-la do processo de produção de matérias-primas e, da mesma forma, os alimentos produzidos passam a assumir uma identidade própria, desligada de suas raízes, de seu vínculo com a terra, com o agricultor. Estes processos nada mais demonstram do que a frieza para com a qual o capital trata ao seu interesse à dinâmica da sociedade: promove a



perda do sentido coletivo e da ligação com a natureza através da progressiva industrialização do social, seja pela produção, seja pelo consumo.

No campo, os reflexos podem ser elencados a partir da modernização, que contemplou apenas o aumento da velocidade e da organização interna do processo rural de trabalho e não conseguiu interferir nas dimensões espaciais e temporais, ou seja, contribuiu para a concentração de terras (muitas vezes ociosas), mas não interferiu no ciclo biológico das plantas, elementos que mantiveram a descontinuidade, entre o tempo de trabalho de tempo de produção, repulsiva ao capital (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

Consequentemente, a modernização da agricultura brasileira, iniciada na década de 1960, trouxe inclusive em seu pacote, não só o aumento de produtividade, mas grandes problemas ambientais, principalmente com relação a erosão dos solos e a contaminação dos alimentos e recursos hídricos. Segundo dados da Embrapa, o Brasil perde mais de 840 milhões de toneladas de solo férteis anualmente. No Rio Grande do Sul, essas perdas chegam a 20,1 toneladas por ano, somente, com as culturas de soja, no total o estado perde em torno de 250 milhões de toneladas/ano de solos férteis.

Desta forma, a modernização agrária ocorre principalmente a partir das transformações no modo de produzir, seja no: objeto de trabalho, no processo de trabalho, nas formas da força de trabalho e na gestão e controle das unidades de produção. No entanto estas mudanças não ocorrem de forma homogênea nem no território nacional, nem no decorrer do ciclo agrícola e nem nas diferentes culturas, a modernização atenta fundamentalmente para aqueles setores ou regiões onde a expropriação de capital se dá com maiores lucros. E neste processo gera-se a contradição entre o velho (latifúndio e minifúndio) e o novo (agricultura empresarial), onde a presença do pequeno produtor proprietário, arrendatário, parceiro ainda permanece resistindo e, atendendo as necessidades do mercado (alimentos e mão-de-obra) (MÜLLER, 1989).

No entanto, o desenvolvimento apresenta suas faces contraditórias, pois se esta agricultura moderna trouxe indiscutível desenvolvimento no aspecto econômico a diversas sociedades, já que no aspecto social, pode-se verificar que o êxodo rural e a urbanização desordenada, somadas ao empobrecimento dos agricultores por sua expropriação diante dos capitais industriais e financeiros são indicadores negativos. Em especial na agricultura, houve um processo que promoveu uma necessidade, cada vez maior, de grandes



investimentos, normalmente determinados pelas indústrias de novos insumos, novas máquinas, e produtos químicos mais “poderosos”, aumentando assim a dependência e o endividamento dos agricultores (GORGEN, 2004).

De forma direta, um dos problemas mais graves e ainda extremamente preocupantes da agricultura convencional diz respeito ao uso de agrotóxicos. Segundo dados disponíveis, o Rio Grande do Sul tem se mantido entre segundo ou terceiro estado maior consumidor de agrotóxicos do Brasil. A média, em 2002, se situava na casa de 2,62 kg por hectare/ano. Os gastos com pesticidas agrícolas no Brasil superavam a casa dos 2,7 bilhões por ano. Segundo estudos da Universidade de São Paulo – USP, a taxa de crescimento anual do consumo de pesticidas, entre 1988 e 1998 foi de 4% na América do Norte, 4,6% na Europa Ocidental e 5,4% na América Latina. No Brasil, entre 1993 e 1998 esta taxa foi de 6,7% ao ano (CAPORAL, COSTABEBER, 2007).

A partir da década de 1980 começam a surgir algumas alternativas que atentam para a necessidade de revisão das práticas agrícolas oriundas do modelo da denominada “Revolução Verde”. Alternativas que partem da iniciativa de movimentos ambientalistas e, aos poucos, ganham pauta no cenário nacional. Um dos exemplos, “la agroecología surgió a finales de los años setenta como respuesta a las primeras manifestaciones de la crisis ecológica en el campo” (CASADO et al, 1999, p. 81).

Desta forma, o desenvolvimento da sociedade tem sido uma luta constante contra a insustentabilidade, podendo-se dizer que é necessário adotar-se um ritmo de utilização dos recursos naturais que não provoque seu esgotamento, o que impediria a sociedade de continuar satisfazendo suas necessidades.

No entanto, precisamos estar atentos para a discussão da sustentabilidade, uma vez que hoje é bem comum encontrarmos uma grande diversidade de informações sobre este tema, mas que podem mascarar uma “nova” dominação ideológica, como alerta Shiva (2000, p. 314):

Atribui-se também um outro significado à sustentabilidade, um significado, aliás, bastante perigoso. Nesse novo significado, a sustentabilidade é associada com o próprio desenvolvimento, e não com a natureza. Não envolve, portanto, um reconhecimento dos limites da natureza ou a necessidade de aceitá-los e mantê-los. Ao contrário, simplesmente significa assegurar o abastecimento contínuo de matérias-primas para a produção industrial, o fluxo constante de um número cada vez maior de mercadorias, uma acumulação de capital infinita.



No reverso da questão, a modernização contribuiu para a pesquisa e uso de novas técnicas como o plantio direto, que consiste em uma forma de manejo conservacionista que envolve todas as técnicas recomendadas para aumentar a produtividade, conservando ou melhorando continuamente o ambiente. Fundamenta-se na ausência de revolvimento do solo, em sua cobertura permanente e na rotação de culturas. Pressupõe, também, um início na mudança da forma de pensar a atividade agropecuária a partir de um contexto socioeconômico com preocupações ambientais (SALTON, 1998).

Desta forma, o Sistema de Plantio Direto parece ser uma das técnicas mais bem difundidas, estima-se que as perdas de solo sejam ao redor de 10 a 12t/ha/ano em áreas de plantio convencional sem cobertura vegetal, entre 3 e 4 t/ha/ano em áreas de plantio convencional com cobertura vegetal e menos de 2 t/ha/ano em áreas com plantio direto. Há, portanto ainda, problemas de manejo e conservação dos solos que precisam continuar sendo alvo de ações preservacionistas, sob pena de prejuízos incalculáveis a nossa base de recursos naturais (CAPORAL, COSTABEBER, 2007).

Mas a utilização dessa prática, como forma de conservação do solo, não tem evitado que os olhos do mundo, e especialmente dos consumidores, se voltem aos constantes problemas que estão ocorrendo com relação à contaminação dos solos e do meio ambiente nas áreas agrícolas. Emerge assim, a necessidade do uso de sistemas mais sustentáveis, pois não é mais possível, levar em conta somente aspectos econômicos. Percebe-se que falar do paradigma do desenvolvimento sustentável, significa falar da necessidade de profundas trocas e transformações em nossa sociedade. É necessário que as comunidades avaliem seus próprios problemas e necessidades e construam suas próprias condições de auto dependência (THORNTON, 2006).

Por fim, percebe-se que as alternativas, principalmente no seu plano teórico já vem sendo discutidas, elaboradas e propostas. No entanto, para uma concreta transformação social faz-se necessário o resgate do conhecimento das comunidades tradicionais que pode iniciar através de um diagnóstico da realidade socioeconômica destas comunidades e, a tentativa, de estimar o grau de alteração de sua cultura pós inserção do pacote tecnológico da Revolução Verde.

A discussão de desenvolvimento sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/ideia como sendo gestado dentro da esfera



da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza a cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma ideia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe a ideia/conceito (ALMEIDA, NAVARRO, 1997).

Roque Gonzales: história, transformações e realidade atual

O processo de ocupação e colonização da Microrregião de Cerro Largo (Mesorregião Noroeste Rio Grandense) ocorreu no início do século XX, como resultado da política migratória do governo do estado do Rio Grande do Sul, a qual tinha como intento a colonização da gleba Cerro Azul – Boa Vista, no prazo de 10 anos, através do assentamento de famílias de origem alemã, estas oriundas principalmente das chamadas “Colônias Velhas”, regiões circunvizinhas a capital, Porto Alegre (WENZEL, 1997).

Uma das primeiras glebas a serem colonizadas, foi a colônia Cerro Azul, a qual foi dividida em 12 linhas, com módulos rurais de 25 hectares, as chamadas “colônias”, na área compreendida entre os rios Ijuí e Comandai, abrangendo assim o atual município de Roque Gonzales.

Os primeiros moradores destas glebas tiveram grandes dificuldades de instalação, uma vez que a região era dominada por matas bastante densas, tendo que os mesmos adaptarem-se a essa nova realidade. Inicialmente produzia-se apenas para a subsistência das famílias, trabalhando-se muito no desmatamento da região, para assim facilitar o cultivo destas novas áreas. Secundariamente realizavam-se trocas de produtos excedentes entre as famílias.

Instalados nas proximidades dos Rios, as famílias utilizavam-se muito da fertilidade natural dos solos, em especial do resíduo das inundações das terras. Áreas de plantações e de pastoreio eram tomadas por águas em determinados períodos do ano, depositando no solo uma significativa quantidade de matéria orgânica, a qual garantia uma boa qualidade do solo para o restante do ano. Esse processo natural, prejudicial em alguns momentos, passou a ser de grande valia em períodos de longo prazo.

Passados os anos, os agricultores começaram a se voltar mais para atender as demandas do mercado agropecuário, tentando não mais somente produzir para a



subsistência das famílias. A primeira grande atividade econômica desenvolvida, no período compreendido entre os anos de 1950 e 1970, foi a suinocultura, como propulsora da economia na região (WENZEL, 1997). Atividade desenvolvida em grande escala até os dias atuais, proporcionou alguns dos principais avanços no que tange a biofertilização do solo, a partir da pulverização dos resíduos das pocilgas. Processo que se alavancou na Região no período pós modernização da agricultura, quando pocilgas começaram a ser construídas de forma ambientalmente correta¹.

Já o período compreendido entre 1960 e 1990, evidencia uma etapa assinalada pela “Revolução Verde”, como em grande parte dos países de Terceiro Mundo, caracterizada principalmente pela mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos, via expansão da exploração comercial de cereais. Na microrregião destaca-se a produção voltada especialmente para o binômio trigo e soja, amplamente incentivado pelas cooperativas e técnicos de extensão rural da época. Mais tarde também houve o incremento da produção leiteira, mas esta já surgindo como uma “alternativa” contra a dependência única e exclusiva do binômio.

Atualmente a matriz produtiva da região encontra-se baseada nas culturas de soja, trigo, milho e na pecuária, corte e leite. O município de Roque Gonzales, em especial, não se difere da região neste quesito, apenas tem um incremento que é o cultivo da cana-de-açúcar, a qual é incentivada pela existência de uma usina de álcool, no município vizinho de Porto Xavier. Além dessas atividades no município, a produção de alfafa e a suinocultura integrada tem relevância significativa na manutenção de muitas propriedades.

Na atual conjuntura, há que se destacar ainda, que os fluxos migratórios para outras regiões do Estado e do país, diminuíram em decorrência do reconhecimento, por parte dos agricultores, de que os destinos tradicionais para os excluídos do campo, reduziram sua capacidade de absorção. E perante esta situação, muitas famílias optaram por permanecer no campo, buscando assim, novas alternativas de renda e trabalho, passando a especializar-se em suas atividades.

¹ Destaca-se por ambientalmente corretas as pocilgas que atualmente são utilizadas pelos criadores de suínos, as quais servem para captar e armazenar os diversos dejetos produzidos pela atividade suinícola (resto de alimento, esterco dos suínos, água utilizada na limpeza das pocilgas, etc.)



O perfil atual dos produtores familiares de soja do município de Roque Gonzales, certamente difere-se bastante do encontrado na década de 1970. Atualmente, percebem-se modificações principalmente quanto às maneiras de cultivo, uma vez que se fez necessários novos arranjos no sistema de cultivo para a permanência no meio, destacando-se a emergência do sistema de plantio direto, como técnica de conservação dos solos e a biofertilização dos solos, a partir dos dejetos da suinocultura.

Pode-se observar no município, *à priori*, a paulatina migração da matriz produtiva do cultivo intensivo de soja para uma diversificação de produção a partir da introdução de novas atividades agrícolas, como alternativas de renda nas propriedades, tais como: produção de leite, milho, alfafa, cana-de-açúcar, gado de corte, suinocultura em regime de integração e hortifrutigranjeiros.

A progressiva queda na área plantada da cultura da soja é visível em diversas regiões do município, mas se acentua em áreas com predominância de pequenas unidades de produção. O pacote tecnológico no qual a soja fazia parte, foi trazido principalmente pelas cooperativas do município e da região e exerceu grande influência sobre os produtores locais. Muitos sentem os reflexos desta época, uma vez que a cultura não apresenta grande lucratividade econômica, em pequenas áreas. Em algumas comunidades em que a soja continua sendo a principal alternativa é perceptível, porém uma competitividade com outras atividades agrícolas (gado de corte, suinocultura, milho, alfafa e leite²), ou seja, o produtor após enfrentar várias frustrações de safra, compreendeu não ser mais possível depender única e exclusivamente deste cultivo.

Com relação ao estudo mais direcionado, foram aplicadas enquetes para 42% da comunidade em estudo, ressaltando-se que a escolha da comunidade de Poço Preto, no universo do município de Roque Gonzales, deu-se por indicação dos principais agentes de desenvolvimento rural local (Secretária de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e

² Em muitos casos, observa-se o desenvolvimento de atividades mistas nas propriedades, devido, entre outros fatores, à insegurança acerca da dependência de uma única cultura, sendo a mais comum a atividade leiteira concomitante ao cultivo da soja. Este fenômeno explica-se especialmente, por que a atividade leiteira absorve a mão-de-obra familiar ociosa em vários períodos do ano; por garantir as famílias uma renda mensal e, também por que o leite constitui-se como um elemento básico para a subsistência dos grupos familiares, principalmente através de seu processamento e a obtenção de derivados como o queijo e outros produtos gastronômicos.



Emater/RS), que indicaram a mesma como sendo uma comunidade representativa da realidade do município.

A comunidade pesquisada, caracteriza-se por possuir uma produção bastante diversificada, as casas normalmente são bem arborizadas e possuem pomares. As hortaliças são produzidas e consumidas em alto grau na comunidade, sendo que todas as famílias possuem um espaço reservado para seu plantio. Nas hortas utiliza-se adubação orgânica e normalmente não há o uso de defensivos agrícolas.

As culturas de grãos (soja, milho, trigo) também exercem grande importância na comunidade, sendo desenvolvidas por todas as unidades de produção, no entanto, devido ao empobrecimento dos solos, vindo da utilização maciça, e ao alto custo dos insumos, a prática da utilização de plantas recuperadoras de solo vem se tornando um hábito comum na comunidade. A adoção da técnica de Plantio Direto³, também é recorrente entre todos os entrevistados, sendo que a grande maioria dos produtores utiliza o sistema de plantio direto por haver uma diminuição no custo de mão-de-obra (84,2%) e uma maior conservação do solo (78,9%). Outros ainda acreditam que haja uma diminuição no uso de defensivos agrícolas (31,6%), com a implantação do Plantio Direto.

A realidade da comunidade em estudo, demonstra que a categoria formada por agricultores familiares em si, traz como marca a capacidade de adaptação a ambientes em rápida transformação, seja devido à crise de produtos tradicionais, emergência de novos mercados e ou mudanças mais gerais da situação econômica do país. Demonstrando assim que para a promoção de um novo desenvolvimento rural, especialmente de cunho mais sustentável, não são necessárias grandes áreas ou recursos financeiros, mas sim boa gestão dos recursos disponíveis.

O Crédito Rural e as Políticas Públicas

³ Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o plantio direto pode ser caracterizado como uma técnica de cultivo conservacionista em que o plantio é efetuado sem as etapas do preparo convencional da aração e da gradagem. Nessa técnica, é necessário manter o solo sempre coberto por plantas em desenvolvimento e por resíduos vegetais. Essa cobertura tem por finalidade proteger o solo do impacto direto das gotas de chuva, do escoamento superficial e das erosões hídrica e eólica.

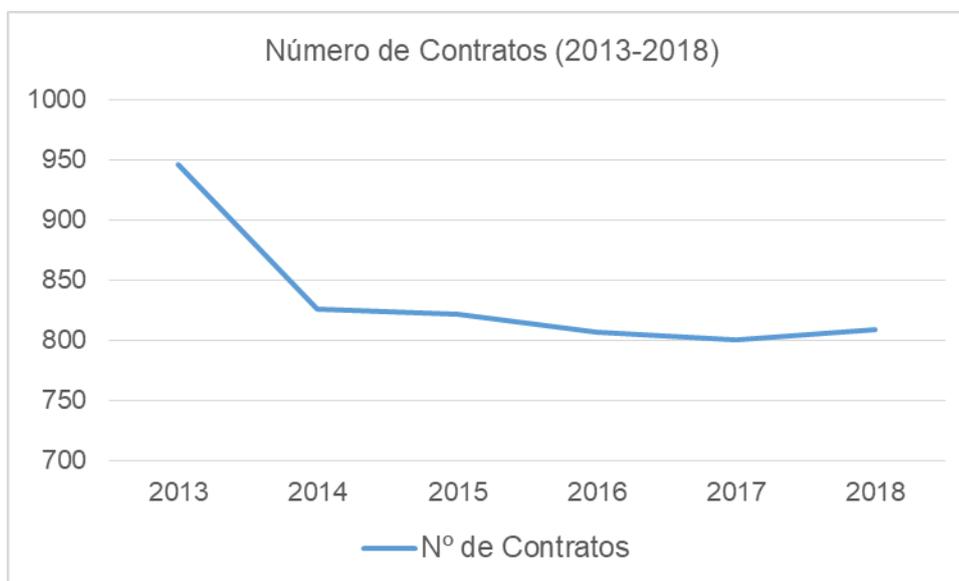


Como foi ressaltado no início do artigo, umas das formas de incentivo a Modernização da Agricultura foi a farta oferta de crédito rural público, disponível nas décadas de 1960 e 1970. Atualmente o crédito continua sendo importante no processo de reordenamento produtivo e econômico das regiões agrícolas, não diferente na Região em análise. Muitos agricultores utilizam, acessando diretamente o crédito para subsidiar suas culturas. Aproximadamente 90% dos produtores brasileiros acessam o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁴, o qual é uma resposta a um conjunto de reivindicações dos movimentos sociais e obrigou, em muitas localidades, que os bancos abrissem suas portas a segmentos sociais que deles estavam, até então muito distantes. O fato é que as reivindicações da agricultura familiar se incorporaram à pauta de algumas das mais importantes agências governamentais (ABRAMOVAY, 2003).

Especificamente no município de Roque Gonzales, verifica-se entre os anos de 2013-2018, um decréscimo no número de contratos realizados, conforme demonstra a figura 01.

Figura 01: Gráfico com o Total de Contratos do Município de Roque Gonzales (2013-2018)

⁴ Em 2017 foram acessados um total de R\$: 15.541.187,83, divididos entre 801 mil contratos, segundo a Matriz de Dados do Crédito Rural, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil (BC).

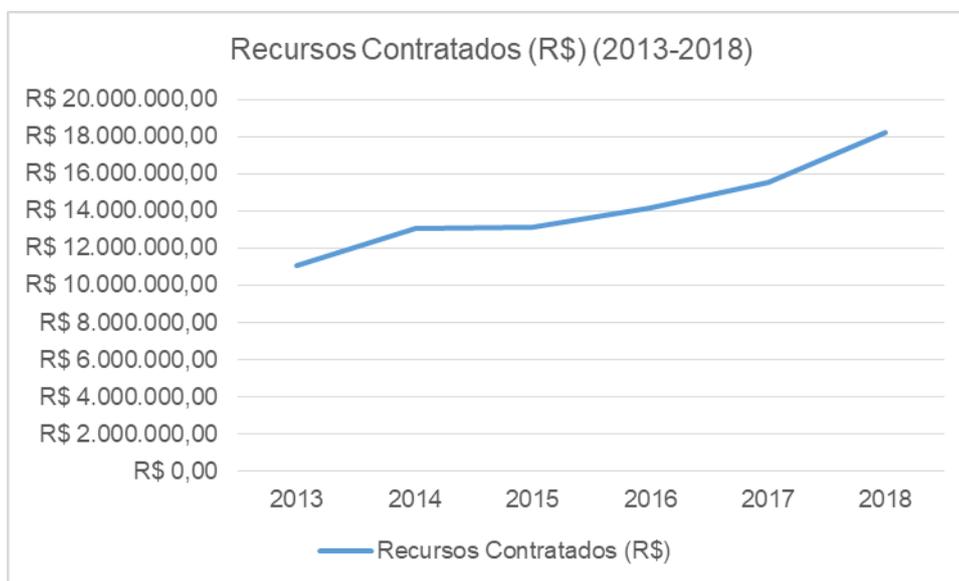


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2019).

Se por um lado, houve decréscimo no número de contratos, o mesmo não se pode afirmar com relação aos valores contratados pelos agricultores do município de Roque Gonzales, no período de 2013-2018, conforme demonstra a Figura 02. Sendo, assim, o valor médio dos contratos também se elevou, saindo em 2013⁵ do valor de R\$: 11.667,15, para R\$: 15.944,86 em 2015 e R\$: 22.551,65 em 2018.

Figura 02: Gráfico com o Valor Total de Contratos (R\$) do Município de Roque Gonzales (2013-2018)

⁵ Destaca-se que a escolha dos anos, seguiu a disponibilidade dos dados para acesso, em janeiro de 2019.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2019).

Os programas de crédito rural, utilizados no período de modernização da agricultura, como as novas políticas de crédito implementadas no período e pós PRONAF, não surtiram significativos efeitos no que tange a recomposição produtiva fora da “ordem estabelecidas no período”. O crédito favoreceu a implementação de atividades agrícolas e agropecuárias centradas na tecnificação e na produção de *commodities*, no geral. A nova ordem, que foi se estabelecendo nas propriedades, decorre mais do fato e da necessidade de alteração de formas de vida e de trabalho das famílias, que pela força motora do anseio do “Estado”.

A introdução de novas tecnologias, a busca por melhores condições de vida e pela garantia de renda fez com que muitos produtores do município de Roque Gonzales, em especial da comunidade pesquisada, voltassem a optar pela diversificação de produção e a produção de alimentos para o autoconsumo. A produção de hortifrutigranjeiro, que foi limada de muitas propriedades em detrimento da produção de monocultura, passou a ser novamente uma alternativa para muitas das famílias, tanto no que tange ao autoconsumo como para a comercialização do excedente.

Esse reordenamento das ações produtivas e econômicas das famílias não perpassou centralmente pelas políticas de crédito disponíveis. Tanto a diversificação de produção, quanto a produção para o autoconsumo não foram influenciadas pelas políticas



de crédito. Em ambos os casos, os principais impulsionadores foram os agentes públicos e privados de ATER, como os próprios agricultores que acabaram por necessidade tendo que se reorganizarem.

O crédito rural, porém, garantiu o reestabelecimento de uma nova ordem, no que tange a agroindustrialização da matéria prima. Em algumas unidades de produção, agroindústrias e/ou equipamentos agroindustriais foram incentivados e financiados por políticas de crédito rural. Ou seja, no que tange as agroindústrias, o crédito agrícola teve papel fundamental. Centradas na agregação de valor da matéria prima, as agroindústrias familiares que foram criadas no município, além de garantir uma renda extra significativa para os produtores envolvidos, proporcionam com que os consumidores passassem a visualizar um novo perfil de produtor rural, algo entre o passado e o atual.

Nas comunidades, bem como nas propriedades entrevistadas, fica evidente que, o Pronaf tem sido a política pública mais acessada ao longo dos anos, e que se por um lado a mesma estimulou um aumento dos processos de especialização produtiva das unidades de produção, bem como da vulnerabilidade social das famílias, por outro lado, estimulou a produção de alimentos para autoconsumo, e as pequenas criações, bem como a diversificação das unidades de produção.

Considerações finais

O histórico vivenciado pelos agricultores do município de Roque Gonzalez é distinto e provavelmente pouco comparável a média dos agricultores brasileiros. Muito se avançou no que tange ao processo de reestruturação da matriz produtiva para além do tradicional. Das culturas tradicionais à inserção de novas culturas e práticas agrícolas pouco se avançou. Muitas das iniciativas que ocorreram dizem respeito ao “recuo” as culturas tradicionais e em virtude da fragilidade das novas culturas.

As ações que giram em torno da reestruturação da matriz produtiva centralmente ocorrerem, na realidade analisada, a partir das dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores. A busca pela diminuição dos custos de produção e pela maximização da produção e do lucro é cotidiana entre os agricultores. Aos poucos alguns “avançam



regredindo” em torno dos processos tradicionais. O menos, em alguns casos tem sido mais. A maximização da produção não necessariamente significa mais lucro, mais renda.

Os resultados apontaram positivamente para uma preocupação cada vez maior, principalmente por parte dos agricultores, da adoção de técnicas de conservação de solo, buscando manter a fertilidade de suas terras. No entanto, este sentido conservacionista emerge frente a uma necessidade de reduzir custos oriundos do processo de produção baseado nos monocultivos, ou seja, a construção de uma suposta consciência ecológica nasce mediada pelo impacto econômico e não pela sua relevância ambiental e social. Em outras palavras, verifica-se um processo de desenvolvimento pautado na racionalidade do capital.

As ações que visam a sustentabilidade, ou seja, que buscam o desenvolvimento sustentável são pontuais e centradas em iniciativas voluntárias. A assistência técnica, pública e/ou privada, destinada para o desenvolvimento rural do município tem se focado centralmente nos processos produtivos convencionais. Existindo um certo descaso para com a problemática agrícola-ambiental, dificultando a busca por alternativas ou estratégias de um desenvolvimento rural comprometido com a transição para a sustentabilidade.

As políticas públicas, por sua vez, acabam apoiando e financiando ações que circulam em torno dos processos produtivos convencionais. As matrizes produtivas no geral se moldam a partir das estruturas físicas existentes e disponíveis para os agricultores. Ou seja, o mercado acaba definindo a “cadeia produtiva” a ser explorada.

Ao final de nosso estudo, e buscando contrapor teoria e prática, percebe-se que a primeira encontra-se em avançado estágio de discussão nos meios teóricos e acadêmicos, mas que, na realidade e prática cotidiana das instituições públicas e dos agricultores, o debate ainda é muito restrito, abrangendo somente as dimensões econômicas e, eventualmente legislativas. Fatos presentes de forma incisiva no município de Roque Gonzales, ou seja, utiliza-se praticas conservacionistas com relação ao solo, mas estas ainda estão muito longe de atingirem a tão proclamada agricultura sustentável.

Outra questão a salientar é a permanência e/ou resistência de algumas atividades que constituem-se alternativas frente ao processo de modernização, tais como o uso de material orgânico, forrageiras e/ou gramíneas na rotação de culturas e culturas de



subsistência, dentre outros. Elementos que apontam para uma resistência do saber social do sujeito rural sobre as transformações impostas pelo modelo externo a propriedade.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.
- ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- BELTRÁN, L. R. La “revolución verde” y el desarrollo rural latinoamericano. *Revista Desarrollo Rural en las Américas – Vol. III. Nº1 - 1971*
- BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura**: Trigo e Soja. Ijuí: VOZES e FIDENE, 1988.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, MDA/SAF/DATER – 2007.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas para uma nova Extensão Rural*. Disponível em: [http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/ AgroecologiaRGS. pdf](http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/AgroecologiaRGS.pdf). 2001. Acessado em 03 de mai de 2007.
- CASADO, G. et al. *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Espanha: Ed. Mundi-Prensa, 1999.
- COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. *Nuestro futuro común*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Disponível em www.embrapa.br. Acessado em 16 de out de 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso dia 15 de nov de 2018.
- _____. Cidades. Disponível na Internet: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> 01 out 2018.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da Lavoura às Biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MIYASAKA, S. & MEDINA, J. C. *A soja no Brasil*. 1981.
- MÜLLER, G. *Complexo Agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.



PROGRAMA SETORIAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA E REFORMA AGRÁRIA, 2007/2010. Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para uma vida digna no Campo. 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In.: ROOS, J. *Geografia do Brasil*. 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

QUESADA, G. M. *Difusão de Milho Híbrido: Estudo Pioneiro*. Comunicação das Novas Idéias. 1969

SALTON, J. C., et all. *Sistema de Plantio Direto: O produtor pergunta, a Embrapa responde* Brasília, Embrapa. 1998

SILVA, J. G. da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

TEDESCO, J. C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo; UPF, 2001.

WANDERLEY, M. de N. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In TEDESCO, João Carlos. *Agricultura Familiar*. Realidades e Perspectivas. Passo Fundo, UPF, 2001.

WENZEL, E. G. Memória e Identidade Teuto-Brasileira em Cerro Largo, Rio Grande do Sul. USP. (Tese de Doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1997.